



JORNAL da REPÚBLICA

§ 3.50

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR - LESTE

Número Extraordinário

SUMÁRIO

GOVERNO :

Decreto-Lei N.º 74/2022 de 24 de Outubro

Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 11/2006, de 12 de abril, que cria o Instituto de Gestão de Equipamentos de Timor-Leste e aprova os respetivos Estatutos 1

Decreto-Lei N.º 75/2022 de 24 de Outubro

Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 8/2019, de 24 de abril alterado pelo Decreto-Lei n.º 50/2020, de 14 de outubro, sobre Orgânica do Ministério das Obras Públicas 14

Decreto-Lei N.º 76/2022 de 24 de Outubro

Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 16/2004, de 1 de outubro, Lei das Cooperativas 36

DECRETO-LEI N.º 74/2022

de 24 de Outubro

PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO DECRETO-LEI N.º 11/2006, DE 12 DE ABRIL, QUE CRIA O INSTITUTO DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DE TIMOR-LESTE E APROVA OS RESPETIVOS ESTATUTOS

Considerando que ao longo dos anos, o Instituto de Gestão de Equipamentos, I.P. (doravante IGE) tem sido responsável por prestar apoio a muitas situações que necessitaram de intervenções imediatas para restaurar o tráfego rodoviário em segurança e evitar inundações, através da limpeza e normalização de ribeiras;

Esta entidade possui os equipamentos necessários para a realização destas tarefas, e detém igualmente o conhecimento técnico e a experiência no terreno para realizar como parte das suas atribuições, não só a atual e prevista gestão dos equipamentos pesados, mas também as atividades de manutenção de vias rodoviárias, de desassoreamento e limpeza de rios, ribeiras e a estabilização de margens e taludes;

Considerando que a presente alteração visa conferir ao IGE estas atribuições, os meios necessários para as realizar, e a capacidade de atuar em situações de desastres naturais e de intervir em ações preventivas e corretivas;

Além disso, esta alteração pretende clarificar à luz da organização do VIII Governo Constitucional a relação de tutela e superintendência a desempenhar pelo Ministério das Obras Públicas, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 14/2018, de 17 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 20/2020, de 28 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 27/2020, de 19 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 46/2022, de 8 de junho, e da alínea a), do n.º 2, do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 8/2019, de 24 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 50/2020, de 14 de outubro, que estabelece a orgânica do Ministério das Obras Públicas;

Determina-se necessária a alteração do nome deste instituto público, para que o mesmo corresponda às novas atribuições que lhe são conferidas, passando a ser denominado por “Instituto de Gestão de Equipamentos e Apoio ao Desenvolvimento de Infraestruturas, I.P.”;

Assim, o Governo decreta, nos termos e disposições previstas no n.º 3 do artigo 115.º e na alínea d) do artigo 116.º da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º **Objeto**

O presente diploma aprova a primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 11/2006, de 12 de abril, que cria o Instituto de Gestão de Equipamento de Timor-Leste e aprova os seus Estatutos, e altera a sua denominação.

Artigo 2.º **Alteração ao Decreto-Lei n.º 11/2006, de 12 de abril**

Os artigos 1.º, 3.º, 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 11/2006, de 12 de

Aprovado em Conselho de Ministros em 31 de outubro de 2018.

O Primeiro-Ministro,

Taur Matan Ruak

O Ministro das Obras Públicas,

Salvador Eugénio Soares dos Reis Pires

Promulgado em 15/04/2019.

Publique-se.

O Presidente da República,

Dr. Francisco Guterres Lú Olo

DECRETO-LEI N.º 76/2022

de 24 de Outubro

**PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO DECRETO-LEI N.º 16/
2004, DE 1 DE OUTUBRO, LEI DAS COOPERATIVAS**

O setor cooperativo vê consagrada na Constituição a sua importância como uma das formas de desenvolvimento socioeconómico do país, competindo ao Estado, além de fiscalizar, incentivar a sua criação. Além de constituir um marco histórico na regulamentação deste importante setor, o Decreto-Lei n.º 16/2004, de 1 de outubro, foi o instrumento necessário para terem sido criadas as primeiras cooperativas em várias áreas da vida económica, mas com relevância muito especial no mundo rural, designadamente na exploração e comercialização do café, com resultados animadores.

Todavia, após a publicação daquele diploma e decorridos mais de 17 anos desde a sua entrada em vigor, é chegado o momento de lhe introduzir alguns ajustamentos e tentar proceder a uma maior dinamização do setor, através de um conjunto pequeno,

mas importante, de alterações. Consagra-se, em matéria de incompatibilidades e em prol do princípio da transparência, o alargamento aos parentes entre si até ao segundo grau na linha reta ou colateral da impossibilidade de serem eleitos simultaneamente membros da direção e do órgão de fiscalização e isentam-se as cooperativas do pagamento de emolumentos e taxas na realização das formalidades necessárias à sua constituição. O Governo está em crer que a importância dos ajustamentos ora consagrados pode constituir mais um incentivo para o setor, na medida em que as cooperativas são cruciais para o desenvolvimento económico do País, pois, além de apoiarem a diversificação económica, também proporcionam benefícios sociais e culturais a todos os seus intervenientes, numa perspetiva de economia social de mercado.

Assim, o Governo decreta, nos termos da alínea e), do n.º 1, do artigo 115.º da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º
Objeto

O presente diploma procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 16/2004, de 1 de outubro, Lei das Cooperativas.

Artigo 2.º
Alteração ao Decreto-Lei n.º 16/2004, de 1 de outubro

Os artigos 3.º, 4.º, 42.º, 47.º e 89.º do Decreto-Lei n.º 16/2004, de 1 de outubro, passam a ter a seguinte redação:

“Artigo 3.º
[...]

1. As cooperativas, na sua constituição e funcionamento, obedecem aos seguintes princípios cooperativos, que integram a declaração sobre a identidade cooperativa adotada pela Aliança Cooperativa Internacional:
 - a) Adesão voluntária e livre, segundo o qual as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e dispostas a assumir as responsabilidades de membros, sem discriminações de sexo, sociais, políticas, raciais ou religiosas;
 - b) Gestão democrática pelos membros, segundo o qual as cooperativas são organizações democráticas geridas pelos seus membros, os quais participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões;
 - c) Participação económica dos membros, segundo o qual os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente e pelo menos parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa;
 - d) Autonomia e independência, segundo o qual as cooperativas são organizações autónomas de entejada, controladas pelos seus membros;

e) Educação, formação e informação, segundo o qual as cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos, dos dirigentes e dos trabalhadores, de modo a que possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento das suas cooperativas;

f) Intercooperações, segundo o qual as cooperativas servem os seus membros mais eficazmente e dão mais força ao movimento cooperativo trabalhando em conjunto, através de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais;

g) Interesse pelas comunidades, segundo o qual as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades, através de políticas aprovadas pelos membros.

2. De acordo com o princípio a que alude a alínea b) do número anterior, os homens e as mulheres que exerçam funções como representantes eleitos são responsáveis perante o conjunto dos membros que os elegeram e, nas cooperativas de primeiro grau, os membros têm iguais direitos de voto, segundo o princípio “um membro um voto”, estando as cooperativas de outros graus organizadas também de uma forma democrática.

3. De acordo com o princípio previsto na alínea c) do n.º 1, os membros, habitualmente, recebem, se for caso disso, uma remuneração limitada pelo capital subscrito como condição para serem membros e destinam excedentes a um ou mais dos objetivos seguintes:

a) Desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos, será indivisível;

b) Benefício dos membros na proporção das suas transações com a cooperativa;

c) Apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.

4. De acordo com o princípio previsto na alínea d) do n.º 1, as cooperativas, no caso de entrarem em acordos com outras organizações, incluindo os governos, ou de recorrerem a capitais externos, devem fazê-lo de modo a que fique assegurado o controlo democrático pelos seus membros e se mantenha a sua autonomia como cooperativas.

5. De acordo com o princípio previsto na alínea e) do n.º 1, as cooperativas devem informar o grande público, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

Artigo 4.º
[...]

1. [...];

a) [...];

b) [...];

c) [...];

d) [...];

e) [...];

f) [...];

g) [...];

h) [...];

i) [...];

j) [...];

k) [...];

l) [...];

m) [...];

n) Transportes;

o) Turismo.

2. [...].

Artigo 42.º
[...]

1. [...].

2. Não podem ser eleitos para o mesmo órgão social ou ser simultaneamente membros da direção e do conselho fiscal:

a) Os cônjuges ou pessoas que vivam em condições análogas às dos cônjuges;

b) Os parentes entre si até ao segundo grau na linha reta ou colateral.

Artigo 47.º
[...]

1. A assembleia geral é convocada pelo presidente da mesa, com pelo menos 15 dias de antecedência.

2. A convocatória, que deve conter a ordem de trabalhos da assembleia, bem como o dia, a hora e o local da reunião, é publicada num diário do município ou da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno em que a cooperativa tenha a sua sede ou, na falta daquele, em qualquer outra publicação do município ou da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno que tenha uma periodicidade máxima quinzenal.

3. Na impossibilidade de se observar o disposto no número anterior, é a convocatória publicada num diário do município ou da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno mais próximos da localidade em que se situe a sede da cooperativa ou num diário ou semanário de circulação nacional.

4. As publicações previstas nos números anteriores tornam-se facultativas se a convocatória for enviada a todos os membros por via postal registada ou entregue pessoalmente por protocolo, envio ou entrega, que são obrigatórios nas cooperativas com menos de 100 membros.
5. A convocatória é sempre afixada nos locais em que a cooperativa tenha a sua sede ou outras formas de representação social.
6. A convocatória da assembleia geral extraordinária deve ser feita no prazo de 15 dias após o pedido ou requerimento previsto no n.º 3 do artigo 45.º e a reunião deve realizar-se no prazo máximo de 30 dias, contados da data da receção do pedido ou requerimento.

Artigo 89.º

Isonções, subsídios e benefícios fiscais e financeiros

1. As cooperativas estão isentas de pagamento de emolumentos e taxas na realização das formalidades necessárias à sua constituição.
2. Os subsídios e benefícios financeiros a atribuir às cooperativas são objeto de legislação autónoma.”

Artigo 3.º

Aditamento ao Decreto-Lei n.º 16/2004, de 1 de outubro

É aditado ao Decreto-Lei n.º 16/2004, de 1 de outubro, o artigo 7.º-A, com a seguinte redação:

“Artigo 7.º-A

Número de membros e volume de negócios que definem as categorias de cooperativas

1. As cooperativas de primeiro grau dividem-se em micro, pequenas e médias cooperativas, consoante o número de pessoas que empregam e o volume de negócios anual que realizam.
2. Micro cooperativa é aquela que emprega menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede US\$ 1.000.000.
3. Pequena cooperativa é aquela que emprega menos de 50 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede US\$ 3.000.000.
4. Média cooperativa é aquela que emprega menos de 150 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede US\$ 10.000.000.
5. Os dados considerados para o cálculo dos efetivos e dos montantes financeiros são os do último exercício contabilístico encerrado, calculados numa base anual.
6. A integração da cooperativa em alguma das categorias enunciadas nos números anteriores releva, designadamente, para efeitos do cálculo dos apoios e benefícios financeiros a conceder às cooperativas.”

Artigo 4.º
Republicação

O Decreto-Lei n.º 16/2004, de 1 de outubro, é republicado, com a atual redação e as necessárias correções gramaticais e de legística, em anexo ao presente diploma, do qual faz parte integrante.

Artigo 5.º
Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor em 1 de janeiro de 2023.

Aprovado em Conselho de Ministros em 1 de junho de 2022.

O Primeiro-Ministro,

Taur Matan Ruak

O Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos,

Joaquim Amaral

Promulgado em 5/10/2022.

Publique-se.

O Presidente da República,

José Ramos-Horta

ANEXO

(a que se refere o artigo 4.º)

Decreto-Lei n.º 16/2004, de 1 de outubro

Lei das Cooperativas

O setor cooperativo vê expressamente reconhecida a sua importância na Constituição da República como uma das formas de propriedade e de intervenção comunitária na vida económica do país.

Os ideais cooperativos foram divulgados e tiveram já alguma expressão no nosso país. Efetivamente, Timor-Leste conheceu o seu primeiro grande momento de disseminação dos ideais cooperativos e o surgimento das primeiras cooperativas de produção pouco depois de 20 de maio de 1975. Ajuda-te a ti próprio trabalhando para ajudar os outros era então um lema facilmente entendido e interiorizado. Melhorar as condições de vida dos membros da cooperativa, como forma de ajudar a desenvolver o país, era o objetivo claramente identificado.

Assistiu-se a um grande envolvimento e participação da comunidade. Os valores de trabalho e solidariedade humana, de responsabilização pelo desenvolvimento do país, começavam a ser assumidos com naturalidade. O movimento de organização da economia rural em cooperativas de produção foi, porém, abruptamente interrompido com a invasão do país. Mais tarde, foi retomado pelas forças ocupantes, mas com deturpação dos ideais cooperativos de tal sorte que as cooperativas foram usadas para impedir a autossuficiência dos seus associados. As cooperativas passaram a ser uma forma organizada de criar e cimentar o espírito de dependência das comunidades dos subsídios e ajudas do Estado ocupante, uma forma de fomentar a alienação e de comprar a paz social.

Restaurada a independência, importa agora reassumir os valores do cooperativismo como uma forma de organização económica assente na solidariedade, no trabalho individual e no trabalho coletivo, na independência e desenvolvimento dos seus membros, no seu bem-estar como forma de ajuda ao desenvolvimento económico do país. O movimento cooperativo já mostrou as suas enormes potencialidades no nosso país, como catalisador de vontades e mobilizador de trabalho, a um tempo individual e comum. Há que resgatar as cooperativas e permitir o seu crescimento, emancipá-las e torná-las força de desenvolvimento e não sinal de incapacidade e imaturidade coletiva, fator de dependência do Estado de cuja cidadania nos alheamos.

A presente lei pretende ser um contributo no reacender dos valores cooperativos de forma a libertar as energias para a reconstrução do país e a reconstrução de mentalidades e valores que ficaram descaracterizados no período sombrio da ocupação militar.

Assim, o Governo decreta, nos termos do artigo 115.º, n.º 1, alínea e), da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:

Capítulo I
Disposições gerais

Artigo 1.º
Âmbito

O presente diploma estabelece o conjunto de normas que regulam a constituição, organização e funcionamento das cooperativas como pessoas jurídicas, assim como a sua dissolução e liquidação.

Artigo 2.º
Definição

1. As cooperativas são pessoas coletivas autónomas, de livre constituição de capital e composição variáveis, que, através da cooperação e entreajuda dos seus membros, com obediência aos princípios cooperativos, visam, sem fins lucrativos, a satisfação das necessidades e aspirações económicas, sociais ou culturais daqueles.
2. As cooperativas, na prossecução dos seus objetivos, podem realizar operações com terceiros, sem prejuízo de eventuais limites fixados pelas leis próprias de cada ramo cooperativo.

Artigo 3.º
Princípios cooperativos

1. As cooperativas, na sua constituição e funcionamento, obedecem aos seguintes princípios cooperativos, que integram a declaração sobre a identidade cooperativa adotada pela Aliança Cooperativa Internacional:
 - a) Adesão voluntária e livre, segundo o qual as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e dispostas a assumir as responsabilidades de membros, sem discriminações de sexo, sociais, políticas, raciais ou religiosas;
 - b) Gestão democrática pelos membros, segundo o qual as cooperativas são organizações democráticas geridas pelos seus membros, os quais participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões;
 - c) Participação económica dos membros, segundo o qual os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente e pelo menos parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa;
 - d) Autonomia e independência, segundo o qual as cooperativas são organizações autónomas de entreajuda, controladas pelos seus membros;
 - e) Educação, formação e informação, segundo o qual as cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos, dos dirigentes e dos trabalhadores, de modo a que possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento das suas cooperativas;
 - f) Intercooperações, segundo o qual as cooperativas servem os seus membros mais eficazmente e dão mais força ao movimento cooperativo trabalhando em conjunto, através de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais;
 - g) Interesse pelas comunidades, segundo o qual as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades, através de políticas aprovadas pelos membros.

2. De acordo com o princípio a que alude a alínea b) do número anterior, os homens e as mulheres que exerçam funções como representantes eleitos são responsáveis perante o conjunto dos membros que os elegeram e, nas cooperativas de primeiro grau, os membros têm iguais direitos de voto, segundo o princípio “um membro um voto”, estando as cooperativas de outros graus organizadas também de uma forma democrática.
3. De acordo com o princípio previsto na alínea c) do n.º 1, os membros, habitualmente, recebem, se for caso disso, uma remuneração limitada pelo capital subscrito como condição para serem membros e destinam excedentes a um ou mais dos objetivos seguintes:
 - a) Desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos, será indivisível;
 - b) Benefício dos membros na proporção das suas transações com a cooperativa;
 - c) Apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.
4. De acordo com o princípio previsto na alínea d) do n.º 1, as cooperativas, no caso de entrarem em acordos com outras organizações, incluindo os governos, ou de recorrerem a capitais externos, devem fazê-lo de modo a que fique assegurado o controlo democrático pelos seus membros e se mantenha a sua autonomia como cooperativas.
5. De acordo com o princípio previsto na alínea e) do n.º 1, as cooperativas devem informar o grande público, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

Artigo 4.º

Ramos do setor cooperativo

1. Sem prejuízo de outros que venham a ser legalmente consagrados, o setor cooperativo compreende os seguintes ramos:
 - a) Produção e trabalho;
 - b) Consumo;
 - c) Comércio;
 - d) Agrícola;
 - e) Crédito;
 - f) Habitação e construção;
 - g) Produção operária;
 - h) Artesanato;
 - i) Pescas;
 - j) Cultura;

- k) Serviços;
- l) Ensino;
- m) Solidariedade social;
- n) Transportes;
- o) Turismo.

2. É admitida a constituição de cooperativas multissetoriais, que se caracterizam por poder desenvolver atividades próprias de diversos ramos do setor cooperativo, tendo cada uma delas de indicar no ato da constituição por qual dos ramos opta como elemento de referência, com vista à sua integração em cooperativas de grau superior.

Artigo 5.º

Espécies de cooperativas

1. As cooperativas podem ser de primeiro grau ou de grau superior.
2. São cooperativas de primeiro grau aquelas cujos membros sejam pessoas singulares ou coletivas e de grau superior as uniões, federações e confederações de cooperativas.

Artigo 6.º

Cooperativas de interesse público

1. É permitida a constituição, nos termos da respetiva legislação especial, de cooperativas de interesse público, caracterizadas pela participação do Estado ou de outras pessoas coletivas de direito público, bem como, conjunta ou separadamente, de cooperativas e de utentes dos bens e serviços produzidos.
2. A presente lei aplica-se às cooperativas de interesse público em tudo o que não contrarie a respetiva legislação especial.

Artigo 7.º

Iniciativa cooperativa

1. Desde que respeitem a lei e os princípios cooperativos, as cooperativas podem exercer livremente qualquer atividade económica de acordo com os estatutos aprovados.
2. Não pode ser vedado, restringido ou condicionado às cooperativas o acesso e o exercício de atividades que possam ser desenvolvidas por empresas privadas ou por outras entidades da mesma natureza, bem como por quaisquer outras pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos.
3. São aplicáveis às cooperativas, com as adaptações inerentes às especificidades resultantes do disposto neste decreto-lei e legislação complementar, as normas que regulam e garantem o exercício de quaisquer atividades desenvolvidas por empresas ou por outras entidades da mesma natureza, bem como por quaisquer outras pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos.

4. Os atos administrativos contrários ao disposto nos números anteriores ou aos princípios neles consignados estão feridos de ineficácia.

Artigo 7.º-A

Número de membros e volume de negócios que definem as categorias de cooperativas

1. As cooperativas de primeiro grau dividem-se em micro, pequenas e médias cooperativas, consoante o número de pessoas que empregam e o volume de negócios anual que realizam.
2. Micro cooperativa é aquela que emprega menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede US\$ 1.000.000.
3. Pequena cooperativa é aquela que emprega menos de 50 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede US\$ 3.000.000.
4. Média cooperativa é aquela que emprega menos de 150 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede US\$ 10.000.000.
5. Os dados considerados para o cálculo dos efetivos e dos montantes financeiros são os do último exercício contabilístico encerrado, calculados numa base anual.
6. A integração da cooperativa em alguma das categorias enunciadas nos números anteriores releva, designadamente, para efeitos do cálculo dos apoios e benefícios financeiros a conceder às cooperativas.

Artigo 8.º

Associação das cooperativas com outras pessoas coletivas

1. É permitido às cooperativas associarem-se com outras pessoas coletivas de natureza cooperativa ou não cooperativa, desde que daí não resulte perda da sua autonomia.
2. Nas cooperativas que resultem exclusivamente da associação entre cooperativas, ou entre estas e pessoas coletivas de direito público, o regime de voto pode ser o adotado pelas cooperativas de grau superior.
3. Não podem adotar a forma cooperativa as pessoas coletivas resultantes da associação de cooperativas com pessoas coletivas de fins lucrativos.
4. Nenhuma cooperativa pode:
 - a) Permitir a terceiros participar, direta ou indiretamente, dos privilégios e benefícios que a lei outorga às cooperativas;
 - b) Formar parte de entidades cujos fins têm incompatibilidade com as cooperativas;
 - c) Realizar atividades diferentes das previstas nos seus estatutos aprovados pelos membros e reconhecidos pelo Governo;

- d) Efetuar operações económicas que tenham carácter de exclusividade ou de monopólio em prejuízo dos membros e dos consumidores;
- e) Integrar nos seus órgãos, comités e conselhos pessoas que não são membros da cooperativa.

Artigo 9.º

Direito subsidiário

Para colmatar as lacunas do presente diploma que não o possam ser pelo recurso à legislação complementar aplicável aos diversos ramos do setor cooperativo, pode recorrer-se, na medida em que se não desrespeitem os princípios cooperativos, à Lei das Sociedades Comerciais, nomeadamente aos preceitos aplicáveis às sociedades anónimas.

Capítulo II

Constituição

Artigo 10.º

Forma de constituição

1. As cooperativas de primeiro grau podem ser constituídas através de instrumento particular.
2. A legislação complementar aplicável aos diversos ramos do setor cooperativo pode exigir a forma de escritura pública para a constituição de cooperativas.

Artigo 11.º

Assembleia de fundadores

1. Os interessados na constituição de uma cooperativa reúnem-se em assembleia de fundadores, para cuja mesa elegem, pelo menos, o presidente, que convoca e dirige as reuniões necessárias até à tomada de posse dos titulares dos órgãos da cooperativa constituída.
2. Cada interessado dispõe apenas de um voto.
3. A cooperativa considera-se constituída apenas por aqueles que votaram favoravelmente a sua criação e os seus estatutos.
4. Para que a cooperativa se considere constituída é necessário que os interessados, que votaram favoravelmente a sua criação e os seus estatutos, perfaçam o número mínimo de quinze pessoas, de idade superior a 17 anos, sendo irrelevante o número dos que tenham votado em sentido contrário.

Artigo 12.º

Ata

1. A mesa da assembleia de fundadores elabora uma ata, a qual deve obrigatoriamente conter:
 - a) A deliberação da constituição e a respetiva data;
 - b) O local da reunião;
 - c) A denominação da cooperativa;

- d) O ramo do setor cooperativo a que pertence ou por que opta como espaço de integração, no caso de ser multissetorial;
 - e) O objeto;
 - f) Os bens ou os direitos, o trabalho ou os serviços com que os membros concorrem;
 - g) Os titulares dos órgãos da cooperativa para o primeiro mandato;
 - h) A identificação dos fundadores que tiverem aprovado a ata.
2. A ata de fundação deve ser assinada por aqueles que tenham aprovado a criação da cooperativa.
 3. Os estatutos aprovados constam de documento anexo à ata e são assinados pelos fundadores.
 4. Cinco das assinaturas da ata e dos estatutos carecem de reconhecimento notarial.

Artigo 13.º

Constituição por escritura pública

1. A escritura pública, quando é exigida para a constituição de uma cooperativa, deve conter:
 - a) A denominação da cooperativa;
 - b) O ramo do setor cooperativo a que pertence ou por que opta como espaço de integração, no caso de ser multissetorial;
 - c) Os titulares dos órgãos da cooperativa para o primeiro mandato;
 - d) A identificação de todos os fundadores;
 - e) Os estatutos.
2. As alterações de estatutos de cooperativa constituída por escritura pública têm de revestir essa forma apenas quando alterem o montante do capital social mínimo ou o objeto da cooperativa e, nestes casos, quando a ata da deliberação não tenha sido lavrada por notário.

Artigo 14.º

Denominação

1. A denominação adotada deve ser sempre seguida das expressões “cooperativas”, “união de cooperativas”, “federação de cooperativas”, “confederação de cooperativas” e ainda “responsabilidade limitada”, ou das respetivas abreviaturas, conforme os casos.
2. O uso da palavra “cooperativa” e da sua abreviatura “coop.” é exclusivamente reservado às cooperativas, constituindo infração punível o seu uso por outrem, sem prejuízo da correspondente responsabilidade civil.

3. As cooperativas são inscritas como pessoas coletivas nos Serviços de Registo e Notariado do Ministério da Justiça.

Artigo 15.º

Conteúdo dos estatutos

1. Os estatutos devem obrigatoriamente conter:
 - a) A denominação da cooperativa e a localização da sede;
 - b) O ramo do setor cooperativo a que pertence ou por que opta como espaço de integração, no caso de ser multissetorial, bem como o objeto da sua atividade;
 - c) A duração da cooperativa, quando não for por tempo indeterminado;
 - d) Os órgãos da cooperativa;
 - e) O montante do capital social inicial, o montante das joias, se estas forem exigíveis, o valor dos títulos de capital, o capital mínimo a subscrever por cada membro e a sua forma de realização.
2. Os estatutos podem ainda incluir:
 - a) As condições de admissão, suspensão, exclusão e demissão dos membros, bem como os seus direitos e deveres;
 - b) As sanções e as medidas cautelares, bem como as condições gerais em que são aplicadas;
 - c) A duração dos mandatos dos titulares dos órgãos sociais;
 - d) As normas de convocação e funcionamento da assembleia geral e, quando exista, da assembleia de delegados;
 - e) As normas de distribuição dos excedentes, de criação de reservas e de restituição das entradas aos membros que deixarem de o ser;
 - f) O modo de proceder à liquidação e partilha dos bens da cooperativa, em caso de dissolução;
 - g) O processo de alteração dos estatutos.
3. Na falta de disposição estatutária relativamente às matérias enunciadas no número anterior, são aplicáveis as normas constantes da presente lei.

Artigo 16.º

Aquisição de personalidade jurídica

A cooperativa adquire personalidade jurídica com o registo da sua constituição.

Artigo 17.º

Responsabilidade antes do registo

1. Antes do registo do ato de constituição da cooperativa,

respondem solidária e ilimitadamente entre si todos os que praticaram atos em nome da cooperativa ou autorizaram esses atos.

2. Os restantes membros respondem até ao limite do valor dos títulos do capital que subscreveram, acrescido das importâncias que tenham recebido a título de distribuição de excedentes.

Capítulo III

Capital social, joia e títulos de investimento

Artigo 18.º

Variabilidade e montante mínimo do capital

1. O capital social das cooperativas é variável, podendo os respetivos estatutos determinar o seu montante mínimo inicial.
2. O montante do capital inicial não pode ser inferior a US\$ 1.000, salvo se for outro o mínimo fixado pela legislação complementar aplicável a cada um dos ramos do setor cooperativo.

Artigo 19.º

Entradas mínimas a subscrever por cada membro

1. As entradas mínimas de capital a subscrever por cada membro são determinadas pela legislação complementar aplicável aos diversos ramos do setor cooperativo ou pelos estatutos.
2. A entrada mínima não pode, porém, ser inferior ao equivalente a três títulos de capital.
3. O disposto nos números anteriores não é aplicável às prestações dos membros de responsabilidade ilimitada.

Artigo 20.º

Títulos de capital

1. Os títulos representativos do capital social das cooperativas são múltiplos de 5 e têm um valor nominal mínimo de US\$ 5.
2. Os títulos são nominativos e devem conter as seguintes menções:
 - a) A denominação da cooperativa;
 - b) O número do registo da cooperativa;
 - c) O valor;
 - d) A data de emissão;
 - e) O número, em série contínua;
 - f) A assinatura de dois membros da direção;
 - g) O nome e assinatura do membro titular.

Artigo 21.º

Realização do capital

1. O capital subscrito pode ser realizado em dinheiro, bens ou direitos, trabalho ou serviços.
2. As entradas mínimas referidas no artigo 19.º e as previstas na legislação complementar aplicável aos diversos ramos do setor cooperativo são realizadas em dinheiro, no montante correspondente a, pelo menos, 50% do seu valor.
3. O capital subscrito deve ser integralmente realizado no prazo máximo de cinco anos.
4. A subscrição de títulos, a realizar em dinheiro, obriga a uma entrega mínima de 10% do seu valor no ato da subscrição, podendo os estatutos exigir uma entrega superior.
5. A subscrição de títulos, a realizar em bens ou direitos, trabalho ou serviços, obriga a que seja previamente fixado em assembleia de fundadores ou em assembleia geral, sob proposta da direção.

Artigo 22.º

Subscrição de capital social no ato de admissão

No ato de admissão os membros de uma cooperativa estão sujeitos ao disposto nos artigos 19.º a 21.º.

Artigo 23.º

Transmissão dos títulos de capital

1. Os títulos de capital só são transmissíveis mediante autorização da direção ou, se os estatutos da cooperativa o impuserem, da assembleia geral, sob condição de o adquirente ou o sucessor já ser membro ou, reunindo as condições exigidas, solicitar a sua admissão.
2. A transmissão *inter vivos* opera-se por endosso do título a transmitir, assinado pelo transmitente, pelo adquirente e por quem obrigar a cooperativa, sendo averbada no livro de registo.
3. A transmissão *mortis causa* opera-se por apresentação do documento comprovativo da qualidade de herdeiro ou legatário e é averbada, em nome do titular, no livro de registo e nos títulos, que devem ser assinados por quem obriga a cooperativa e pelo herdeiro ou legatário.
4. Se não se puder operar a transmissão *mortis causa*, os sucessores têm direito a receber o montante dos títulos do autor da sucessão, segundo o valor nominal, corrigido em função da quota-parte dos excedentes ou prejuízos e das reservas não obrigatórias.

Artigo 24.º

Aquisição de títulos do próprio capital

As cooperativas só podem adquirir títulos representativos do próprio capital a título gratuito.

Artigo 25.º
Joia

1. Os estatutos da cooperativa podem exigir a realização de uma joia de admissão, pagável de uma só vez ou em prestações periódicas.
2. O montante das joias reverte para reservas obrigatórias, conforme constar dos estatutos, dentro dos limites da lei.

Artigo 26.º
Títulos de investimento

1. As cooperativas podem emitir títulos de investimento, mediante deliberação da assembleia geral, que fixa com que objetivos e em que condições a direção pode utilizar o respetivo produto.
2. Podem, nomeadamente, ser emitidos títulos de investimento que:
 - a) Confirmam direito a uma remuneração anual, compreendendo uma parte fixa, calculada aplicando a uma fração do valor nominal de cada título uma taxa predeterminada, invariável ou reportada a um indicador de referência, e uma parte variável, calculada em função dos resultados, do volume de negócios ou de qualquer outro elemento da atividade da cooperativa;
 - b) Confirmam aos seus titulares o direito a um prémio de reembolso, quer fixo, quer dependente dos resultados realizados pela cooperativa;
 - c) Apresentem juro e plano de reembolso variáveis em função dos resultados;
 - d) Sejam convertíveis em títulos de capital, desde que o seu titular reúna as condições de admissão legalmente exigidas para os membros produtores ou utilizadores;
 - e) Apresentem prémios de emissão.
3. Os títulos de investimento emitidos nos termos da alínea a) do número anterior são reembolsados apenas em caso de liquidação da cooperativa e somente depois do pagamento de todos os outros credores da cooperativa ou, se esta assim o decidir, após terem decorrido pelo menos cinco anos sobre a sua realização, nas condições definidas aquando da emissão.
4. Quaisquer títulos de investimento podem ser subscritos por pessoas estranhas à cooperativa, mas os seus membros têm direito de preferência na subscrição de títulos de investimento convertíveis.
5. As cooperativas só podem adquirir títulos de investimento próprios a título gratuito.
6. Os títulos de investimento das cooperativas são equiparados às obrigações das sociedades comerciais, na parte não regulada por este decreto-lei.

Artigo 27.º
Emissões de títulos de investimento

1. A assembleia geral que deliberar a emissão de títulos de investimento fixa a taxa de juro e demais condições de emissão.
2. Os títulos de investimento são nominativos e transmissíveis, nos termos da lei, e obedecem aos requisitos previstos no n.º 2 do artigo 20.º.
3. Cabe à assembleia geral decidir se nela podem participar, embora sem direito a voto, os subscritores de título de investimento que não sejam membros da cooperativa.
4. As cooperativas não podem emitir títulos de investimento que excedam a importância do capital realizado e existente, nos termos do último balanço aprovado, acrescido do montante do capital aumentado e realizado depois da data de encerramento daquele balanço.
5. Não pode ser deliberada uma emissão de títulos de investimento enquanto não estiver subscrita e realizada uma emissão anterior.

Artigo 28.º
Subscrição pública de títulos

A emissão por subscrição pública dos títulos de investimento deve ser precedida de uma auditoria externa à cooperativa, sem prejuízo do regime legalmente previsto para esta modalidade de emissão.

Artigo 29.º
Proteção especial dos interesses dos subscritores de títulos de investimento

1. A assembleia geral pode deliberar que os subscritores de títulos reunidos para esse fim possam eleger um representante junto da cooperativa com direito a assistir às reuniões do conselho fiscal, sendo-lhe facultadas todas as informações a que têm direito os membros desse órgão.
2. Uma vez tomada a deliberação referida no número anterior, os direitos por ela outorgados só podem ser extintos com o consentimento expresso de todos os subscritores de títulos de investimento.

Artigo 30.º
Obrigações

1. As cooperativas podem também emitir obrigações, de acordo com as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades Comerciais para as obrigações emitidas por sociedades anónimas cuja aplicação não ponha em causa os princípios cooperativos nem o disposto no presente decreto-lei.
2. Não são admitidas, nomeadamente, obrigações que sejam convertíveis em ações ou que confirmem o direito a subscrever uma ou várias ações.

Capítulo IV
Membros das cooperativas

Artigo 31.º
Membros

1. Podem ser membros de uma cooperativa de primeiro grau todas as pessoas que, preenchendo os requisitos e condições previstos no presente decreto-lei, na legislação complementar aplicável aos diversos ramos do setor cooperativo e nos estatutos da cooperativa, requeiram à direção que as admita.
2. A deliberação da direção sobre o requerimento de admissão é suscetível de recurso para a primeira assembleia geral subsequente.
3. Têm legitimidade para recorrer os membros da cooperativa e o candidato, que pode assistir a essa assembleia geral e participar na discussão deste ponto da ordem de trabalhos, sem direito a voto.

Artigo 32.º
Número mínimo

1. O número de membros de uma cooperativa é variável e ilimitado, mas não pode ser inferior a quinze nas cooperativas de primeiro grau e três nas cooperativas de grau superior.
2. A legislação complementar respeitante a cada ramo pode exigir um número superior de membros, como mínimo.

Artigo 33.º
Direitos dos membros

1. Os membros têm direito, nomeadamente, a:
 - a) Tomar parte na assembleia geral, apresentar propostas, discutir e votar os pontos constantes da ordem de trabalhos;
 - b) Eleger e ser eleito para os órgãos da cooperativa;
 - c) Requerer informações aos órgãos competentes da cooperativa e examinar a escrita e as contas da cooperativa nos períodos e nas condições que forem fixados pelos estatutos, pela assembleia geral ou pela direção;
 - d) Requerer a convocação da assembleia geral nos termos definidos nos estatutos e, quando esta não for convocada, requerer a convocação judicial;
 - e) Apresentar a sua demissão.
2. As deliberações da direção sobre a matéria constante da alínea c) do número anterior são recorríveis para a assembleia geral.
3. O exercício dos direitos previstos na alínea c) do número anterior é limitado, nas cooperativas de crédito, pela observância das regras relativas ao sigilo bancário.

Artigo 34.º
Deveres dos membros

1. Os membros devem respeitar os princípios cooperativos, as leis, os estatutos da cooperativa e os respetivos regulamentos internos.
2. Os membros devem ainda:
 - a) Tomar parte nas assembleias gerais;
 - b) Aceitar e exercer os cargos sociais para os quais tenham sido eleitos, salvo motivo justificado de escusa;
 - c) Participar, em geral, nas atividades da cooperativa e prestar o trabalho ou serviço que lhes competir;
 - d) Efetuar os pagamentos previstos na presente lei, nos estatutos e nos regulamentos internos.

Artigo 35.º
Limite de responsabilidade

A responsabilidade dos membros é limitada ao montante do capital social subscrito, sem prejuízo de os estatutos da cooperativa poderem determinar que a responsabilidade dos membros seja ilimitada ou limitada em relação a uns e ilimitada quanto aos outros.

Artigo 36.º
Demissão

1. Os membros podem solicitar a sua demissão nas condições estabelecidas nos estatutos ou, no caso de estes serem omissos, no fim de um exercício social, com pré-aviso de 30 dias, sem prejuízo da responsabilidade pelo cumprimento das suas obrigações como membros da cooperativa.
2. Os estatutos não suprimem ou limitam o direito de demissão, mas podem, todavia, estabelecer regras e condições para o seu exercício.
3. Ao membro que se demitir é restituído, no prazo estabelecido pelos estatutos ou, supletivamente, no prazo máximo de um ano, o montante dos títulos de capital realizados segundo o seu valor nominal.
4. O valor nominal referido no número anterior é acrescido dos juros a que tiver direito relativamente ao último exercício social da quota-parte dos excedentes e reservas não obrigatórias repartíveis, na proporção da sua participação, ou reduzidas, se for caso disso, na proporção das perdas acusadas no balanço do exercício no decurso do qual surgiu o direito ao reembolso.

Artigo 37.º
Exclusão

1. Os membros podem ser excluídos por deliberação da assembleia geral.
2. A exclusão tem de ser fundada em violação grave e culposa

do presente decreto-lei, da legislação complementar aplicável ao respetivo ramo do setor cooperativo, dos estatutos da cooperativa ou dos seus regulamentos internos.

3. A exclusão é precedida de processo escrito, do qual constem a indicação das infrações, a sua qualificação, a prova produzida, a defesa do arguido e a proposta de aplicação da medida de exclusão.
4. O processo previsto no número anterior não se aplica quando a causa de exclusão consista no atraso de pagamento de encargos, tal como estiver fixado nos estatutos, sendo, porém, obrigatório o aviso prévio, a enviar para o domicílio do infrator, sob registo, com indicação do período em que pode regularizar a sua situação.
5. É insuprível a nulidade resultante da:
 - a) Falta da audiência do arguido;
 - b) Insuficiente individualização das infrações imputadas ao arguido;
 - c) Falta de referência aos preceitos legais, estatutários ou regulamentares violados;
 - d) Omissão de quaisquer diligências essenciais para a descoberta da verdade.
6. A proposta de exclusão a exarar no processo é fundamentada e notificada por escrito ao arguido com uma antecedência de, pelo menos, sete dias em relação à data da assembleia geral que sobre ela delibera.
7. A exclusão deve ser deliberada no prazo máximo de um ano a partir da data em que algum dos membros da direção tomou conhecimento do facto que a permite.
8. Cabe recurso para os tribunais da deliberação da assembleia geral que decidir a exclusão.
9. Aplica-se o disposto na parte final do n.º 1 e o disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo anterior ao membro da cooperativa excluído.

Artigo 38.º **Outras sanções**

1. Sem prejuízo de outras que se encontrem previstas nos estatutos ou nos regulamentos internos, podem ser aplicadas aos membros as seguintes sanções:
 - a) Repreensão registada;
 - b) Multa;
 - c) Suspensão temporária de direitos;
 - d) Perda de mandato.
2. A aplicação de qualquer sanção é sempre precedida de processo, nos termos do disposto no artigo anterior.

3. A aplicação das sanções referidas nas alíneas a), b), e c) do n.º 1 compete à direção, com admissibilidade de recurso para a assembleia geral, à qual compete deliberar quanto à perda de mandato.

Capítulo V **Órgãos das cooperativas**

Secção I **Princípios gerais**

Artigo 39.º **Órgãos**

1. São órgãos da cooperativa:
 - a) A assembleia geral;
 - b) A direção;
 - c) O conselho fiscal.
2. Os estatutos podem ainda consagrar outros órgãos, bem como dar poderes à assembleia geral ou à direção para constituírem comissões especiais, de duração limitada, destinadas ao desempenho de tarefas determinadas.
3. Quando neste decreto-lei forem referidos conjuntamente os órgãos das cooperativas em termos que impliquem que eles são integrados por um número limitado de membros, deve entender-se que a menção não abrange a assembleia geral no seu todo, mas apenas a respetiva mesa.

Artigo 40.º **Eleição dos membros dos órgãos sociais**

1. Os membros dos órgãos sociais são eleitos de entre os membros por um período de quatro anos, se outro mais curto não for previsto nos estatutos.
2. Em caso de vacatura do cargo, o membro designado para o preencher apenas completa o mandato.
3. Os estatutos podem limitar o número de mandatos consecutivos para a mesa da assembleia geral, a direção, o conselho fiscal ou qualquer outro órgão que consagrem.

Artigo 41.º **Perda de mandato**

São causa de perda de mandato dos membros dos órgãos das cooperativas:

- a) A declaração de falência dolosa;
- b) A condenação por crimes contra o setor público ou contra o setor cooperativo e social, designadamente pela apropriação de bens do setor cooperativo e social e por administração danosa em unidade económica nela integrada.

Artigo 42.º
Incompatibilidades

1. Nenhum membro pode ser simultaneamente membro da mesa da assembleia geral, da direção, do conselho de fiscal ou de outros órgãos eletivos estatutariamente previstos.
2. Não podem ser eleitos para o mesmo órgão social ou ser simultaneamente membros da direção e do conselho fiscal:
 - a) Os cônjuges ou pessoas que vivam em condições análogas às dos cônjuges;
 - b) Os parentes entre si até ao segundo grau na linha reta ou colateral.

Artigo 43.º
Funcionamento dos órgãos

1. Em todos os órgãos da cooperativa o respetivo presidente tem voto de qualidade.
2. Nenhum órgão da cooperativa, à exceção da assembleia geral, pode funcionar sem que estejam preenchidos, pelo menos, metade dos seus lugares, devendo proceder-se, no caso contrário e no prazo máximo de um mês, ao preenchimento das vagas verificadas, sem prejuízo de estas serem ocupadas por membros suplentes, sempre que os membros estejam previstos nos estatutos.
3. As deliberações dos órgãos eletivos da cooperativa são tomadas por maioria simples com a presença de mais de metade dos seus membros efetivos.
4. As votações respeitantes a eleições dos órgãos da cooperativa ou a assuntos de incidência pessoal dos membros realizam-se por escrutínio secreto e a legislação complementar aplicável aos diversos ramos do setor cooperativo ou os estatutos podem prever outros casos em que este modo de escrutínio seja obrigatório.
5. É sempre lavrada ata das reuniões de qualquer órgão das cooperativas, a qual é obrigatoriamente assinada por quem exercer as funções de presidente.
6. No silêncio dos estatutos, a assembleia geral pode fixar a remuneração dos membros dos órgãos da cooperativa.
7. Os estatutos podem exigir a obrigatoriedade da prestação de caução por parte dos membros da direção e dos gerentes.
8. Das deliberações da assembleia geral cabe recurso para os tribunais.

Secção II
Assembleia geral

Artigo 44.º
Definição, composição e deliberações da assembleia geral

1. A assembleia geral é o órgão supremo da cooperativa, sendo as suas deliberações, tomadas nos termos legais e estatutários, obrigatórias para os restantes órgãos da cooperativa e para todos os seus membros.

2. Participam na assembleia geral todos os membros no pleno gozo dos seus direitos e os estatutos da cooperativa podem prever assembleias gerais de delegados, os quais são eleitos nos termos do artigo 54.º.

Artigo 45.º
Sessões ordinárias e extraordinárias da assembleia geral

1. A assembleia geral reúne em sessões ordinárias e extraordinárias.
2. A assembleia geral ordinária reúne obrigatoriamente duas vezes em cada ano, uma até 30 de setembro, para apreciação e votação das matérias referidas nas alíneas b) e c) do artigo 49.º, e outra até 30 de junho, para apreciação e votação das matérias referidas na alínea d) do mesmo artigo.
3. Sem prejuízo de a legislação complementar de cada ramo ou os estatutos poderem dispor de maneira diferente, a assembleia geral extraordinária reúne quando convocada pelo seu presidente, por sua iniciativa, a pedido da direção ou do conselho fiscal ou a requerimento de, pelo menos, 5% dos membros da cooperativa, num mínimo de quatro.

Artigo 46.º
Mesa da assembleia geral

1. A mesa da assembleia geral é constituída por um presidente e por um vice-presidente, quando os estatutos não estipularem um número superior de elementos.
2. Ao presidente incumbe:
 - a) Convocar a assembleia geral;
 - b) Presidir à assembleia geral e dirigir os trabalhos;
 - c) Verificar as condições de elegibilidade dos candidatos aos órgãos da cooperativa;
 - d) Conferir posse aos membros eleitos para os órgãos da cooperativa.
3. Nas suas faltas e impedimentos, o presidente é substituído pelo vice-presidente.
4. Na falta de qualquer dos membros da mesa da assembleia geral, compete a esta eleger os respetivos substitutos, de entre os membros presentes, os quais cessam as suas funções no termo da reunião.
5. É causa de destituição do presidente da mesa da assembleia geral a não convocação desta nos casos em que a isso esteja obrigado.
6. É causa de destituição de qualquer dos membros da mesa a não comparência sem motivo justificado a, pelo menos, três sessões seguidas ou seis interpoladas.

Artigo 47.º
Convocatória da assembleia geral

1. A assembleia geral é convocada pelo presidente da mesa, com pelo menos 15 dias de antecedência.

2. A convocatória, que deve conter a ordem de trabalhos da assembleia, bem como o dia, a hora e o local da reunião, é publicada num diário do município ou da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno em que a cooperativa tenha a sua sede ou, na falta daquele, em qualquer outra publicação do município ou da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno que tenha uma periodicidade máxima quinzenal.
 3. Na impossibilidade de se observar o disposto no número anterior, é a convocatória publicada num diário do município ou da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno mais próximos da localidade em que se situe a sede da cooperativa ou num diário ou semanário de circulação nacional.
 4. As publicações previstas nos números anteriores tornam-se facultativas se a convocatória for enviada a todos os membros por via postal registada ou entregue pessoalmente por protocolo, envio ou entrega, que são obrigatórios nas cooperativas com menos de 100 membros.
 5. A convocatória é sempre afixada nos locais em que a cooperativa tenha a sua sede ou outras formas de representação social.
 6. A convocatória da assembleia geral extraordinária deve ser feita no prazo de 15 dias após o pedido ou requerimento previsto no n.º 3 do artigo 45.º e a reunião deve realizar-se no prazo máximo de 30 dias, contados da data da receção do pedido ou requerimento.
- d) Apreciar e votar o orçamento e o plano de atividades para o exercício seguinte;
 - e) Fixar as taxas dos juros para aos membros da cooperativa;
 - f) Aprovar a forma de distribuição dos excedentes;
 - g) Alterar os estatutos, bem como aprovar e alterar os regulamentos internos;
 - h) Aprovar a fusão e a cisão da cooperativa;
 - i) Aprovar a dissolução voluntária da cooperativa;
 - j) Aprovar a filiação da cooperativa em uniões, federações e confederações;
 - k) Deliberar sobre a exclusão de membros e sobre a perda de mandato dos órgãos sociais e funcionar como instância de recurso, quer quanto à admissão ou recusa de novos membros quer em relação às sanções aplicadas pela direção;
 - l) Fixar a remuneração dos membros dos órgãos sociais da cooperativa, quando os estatutos o não impedirem;
 - m) Decidir do exercício do direito da ação civil ou penal, nos termos do artigo 67.º;
 - n) Apreciar e votar as matérias especialmente previstas neste decreto-lei, na legislação complementar aplicável ao respetivo ramo do setor cooperativo ou nos estatutos.

Artigo 48.º
Quórum

1. A assembleia geral reúne à hora marcada na convocatória se estiver presente mais de metade dos membros com direito de voto ou os seus representantes devidamente credenciados.
2. Se, à hora marcada para a reunião, não se verificar o número de presenças previsto no número anterior e os estatutos não dispuserem de outro modo, a assembleia reúne, com o número de membros presentes, uma hora depois.
3. No caso de a convocatória da assembleia geral ser feita em sessão extraordinária e a requerimento dos membros, a reunião só se efetua se nela estiverem presentes três quartos dos requerentes.

Artigo 49.º
Competência da assembleia geral

É da competência exclusiva da assembleia geral:

- a) Eleger e destituir os membros dos órgãos da cooperativa;
- b) Apreciar e votar anualmente o relatório de gestão e as contas do exercício, bem como o parecer do conselho fiscal;
- c) Apreciar a certificação legal de contas, quando a houver;

Artigo 50.º
Deliberações

São nulas todas as deliberações tomadas sobre matérias que não constem da ordem de trabalhos fixada na convocatória, salvo se, estando presentes ou devidamente representados todos os membros da cooperativa no pleno gozo dos seus direitos, concordarem, por unanimidade, com a respetiva inclusão ou se incidir sobre a matéria constante do n.º 1 do artigo 67.º, de acordo com o estabelecido no n.º 3 do mesmo artigo.

Artigo 51.º
Votação

1. Nas assembleias gerais das cooperativas de primeiro grau, cada membro dispõe de um voto, qualquer que seja a sua participação no respetivo capital social.
2. É exigida maioria qualificada de, pelo menos, dois terços dos votos expressos na aprovação das matérias constantes das alíneas g), h), i), j) e n) do artigo 49.º ou de quaisquer outras para cuja votação os estatutos prevejam uma maioria qualificada.
3. No caso da alínea i) do artigo 49.º, a dissolução não tem lugar se, pelo menos, o número mínimo de membros referido no artigo 32.º se declarar disposto a assegurar a permanência da cooperativa, qualquer que seja o número de votos contra.

Artigo 52.º
Voto por correspondência

É admitido o voto por correspondência, sob a condição de o seu sentido ser expressamente indicado em relação ao ponto ou pontos da ordem de trabalhos e de a assinatura do membro ser reconhecida nos termos legais.

Artigo 53.º
Voto por representação

1. É admitido o voto por representação, devendo o mandato, apenas atribuível a outro membro ou a familiar maior do mandante que com ele coabite, constar de documento escrito dirigido ao presidente da mesa da assembleia geral, com a assinatura do mandante reconhecida nos termos legais.
2. Cada membro só pode representar um outro membro da cooperativa, salvo se os estatutos autorizarem número superior.

Artigo 54.º
Assembleias setoriais

1. Os estatutos podem prever a realização de assembleias setoriais, quando as cooperativas o considerarem conveniente, quer por causa das suas atividades quer em virtude da sua área geográfica.
2. O número de delegados à assembleia geral, a eleger em cada assembleia setorial, é estabelecido em função do número de membros.
3. O número de delegados à assembleia geral, a eleger por cada assembleia setorial, deve ser anualmente apurado pela direção nos termos do número anterior.
4. Aplicam-se às assembleias setoriais os artigos 44.º a 53.º, com as necessárias adaptações.

Secção III
Direção

Artigo 55.º
Composição da direção

1. A direção da cooperativa é composta:
 - a) Nas cooperativas com mais de 20 membros, por um presidente e dois vogais, um dos quais substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos, quando não houver vice-presidente;
 - b) Nas cooperativas que tenham até 20 membros, por um presidente, que designa quem o substituir nas suas faltas e impedimentos.
2. Os estatutos podem alargar a composição da direção, assegurando que o número dos seus membros seja sempre ímpar.

Artigo 56.º
Competência da direção

A direção é o órgão de administração e representação da cooperativa, incumbindo-lhe, designadamente:

- a) Elaborar anualmente e submeter a parecer do conselho fiscal e à apreciação e aprovação da assembleia geral o relatório de gestão e as contas do exercício, bem como o plano de atividades e o orçamento para o ano seguinte;
- b) Executar o plano de atividades anual;
- c) Atender às solicitações do conselho fiscal e do revisor oficial de contas ou da sociedade de revisores oficiais de contas nas matérias da competência destes;
- d) Deliberar sobre a admissão de novos membros e sobre a aplicação de sanções previstas neste decreto-lei, na legislação complementar aplicável aos diversos ramos do setor cooperativo e nos estatutos, dentro dos limites da sua competência;
- e) Velar pelo respeito da lei, dos estatutos, dos regulamentos internos e das deliberações dos órgãos da cooperativa;
- f) Contratar e gerir o pessoal necessário às atividades da cooperativa;
- g) Representar a cooperativa em juízo e fora dele;
- h) Escriturar os livros, nos termos da lei;
- i) Praticar os atos necessários à defesa dos interesses da cooperativa e dos membros, bem como à salvaguarda dos princípios cooperativos, em tudo o que se não insira na competência de outros órgãos.

Artigo 57.º
Reuniões da direção

1. A direção reúne ordinariamente pelo menos uma vez por mês, convocada pelo presidente.
2. A direção reúne extraordinariamente sempre que o presidente a convoque, por sua iniciativa ou a pedido da maioria dos seus membros efetivos.
3. A direção só pode tomar deliberações com a presença de mais de metade dos seus membros efetivos.
4. Os membros suplentes, quando os estatutos previrem a sua existência, podem assistir e participar nas reuniões da direção, sem direito de voto.

Artigo 58.º
Forma de obrigar a cooperativa

Caso os estatutos sejam omissos, a cooperativa fica obrigada com as assinaturas conjuntas de dois membros da direção, quando esta for colegial, salvo quanto aos atos de mero expediente, em que basta a assinatura de um deles.

Artigo 59.º

Poderes de representação e gestão

A direção pode delegar poderes de representação e administração para a prática de certas categorias de atos em qualquer dos seus membros, em gerentes ou noutros mandatários.

Secção IV

Conselho fiscal

Artigo 60.º

Composição do conselho fiscal

1. O conselho fiscal é composto, nas cooperativas com mais de 25 membros, por um presidente e dois vogais.
2. Nas cooperativas que tenham até 25 membros, o conselho fiscal é composto por um único titular.
3. Os estatutos podem alargar a composição do conselho fiscal, assegurando sempre que o número dos seus membros seja ímpar e podendo também prever a existência de membros suplentes.

Artigo 61.º

Competência do conselho fiscal

O conselho fiscal é o órgão de controlo e fiscalização da cooperativa, incumbindo-lhe, designadamente:

- a) Examinar, sempre que o julgue conveniente, a escrita e toda a documentação da cooperativa;
- b) Verificar, quando o entenda como necessário, o saldo de caixa e a existência de títulos e valores de qualquer espécie, o que fará constar das respetivas atas;
- c) Elaborar relatório sobre a ação fiscalizadora exercida durante o ano e emitir parecer sobre o relatório de gestão e as contas do exercício, o plano de atividades e o orçamento para o ano seguinte, em face do parecer do revisor oficial de contas;
- d) Requerer a convocação extraordinária da assembleia geral, nos termos do n.º 3 do artigo 45.º;
- e) Verificar o cumprimento dos estatutos e da lei.

Artigo 62.º

Reuniões

1. O conselho fiscal reúne ordinariamente pelo menos uma vez por trimestre e extraordinariamente sempre que o presidente o convocar, por sua iniciativa ou a pedido da maioria dos seus membros efetivos.
2. Os membros do conselho fiscal podem assistir, por direito próprio, às reuniões da direção.
3. Os membros suplentes do conselho fiscal, quando os estatutos previrem a sua existência, podem assistir e participar nas reuniões deste conselho, sem direito de voto.

Artigo 63.º

Quórum

O conselho fiscal só pode tomar deliberações com a presença de mais de metade dos seus membros efetivos.

Secção V

Da responsabilidade dos órgãos das cooperativas

Artigo 64.º

Proibições impostas aos diretores, gerentes e outros mandatários e membros do conselho fiscal

Os diretores, os gerentes e os mandatários, bem como os membros do conselho fiscal, não podem negociar por conta própria, diretamente ou por interposta pessoa, com a cooperativa nem exercer pessoalmente atividade concorrente com a desta, salvo, neste último caso, mediante autorização da assembleia geral.

Artigo 65.º

Responsabilidade dos diretores, dos gerentes e de outros mandatários

1. São responsáveis pessoal e solidariamente, perante a cooperativa e terceiros, sem prejuízo de eventual responsabilidade criminal e da aplicabilidade de outras sanções, os diretores, gerentes e outros mandatários que hajam violado a lei, os estatutos, os regulamentos internos ou as deliberações da assembleia geral ou deixado de executar fielmente o seu mandato e tiverem, designadamente:
 - a) Praticado, em nome da cooperativa, atos estranhos ao objeto ou aos interesses desta ou permitido a prática de tais atos;
 - b) Pago ou mandado pagar importâncias não devidas pela cooperativa;
 - c) Deixado de cobrar créditos que, por isso, hajam prescrito;
 - d) Distribuído excedente fictício ou que viole a presente lei, a legislação complementar aplicável aos diversos ramos do setor cooperativo ou os estatutos;
 - e) Usado o respetivo mandato, com ou sem utilização de bens ou créditos da cooperativa, em benefício próprio ou de outras pessoas, singulares ou coletivas.
2. A delegação de competências da direção, em um ou mais gerentes ou outros mandatários, não isenta de responsabilidade os diretores, salvo o disposto no artigo 67.º.
3. Os gerentes respondem, nos mesmos termos que os diretores, perante a cooperativa e terceiros pelo desempenho das suas funções.

Artigo 66.º

Responsabilidade dos membros do conselho fiscal

Os membros do conselho fiscal são responsáveis perante a

cooperativa, nos termos do disposto no artigo 65.º, sempre que se não tenham oposto oportunamente aos atos dos diretores e dos gerentes previstos no mesmo artigo, salvo o disposto no artigo 67.º.

Artigo 67.º

Direito de ação contra diretores, gerentes e outros mandatários e membros do conselho fiscal

1. O exercício, em nome da cooperativa, do direito de ação civil ou penal contra diretores, gerentes, outros mandatários e membros do conselho fiscal deve ser aprovado em assembleia geral.
2. A cooperativa é representada na ação pela direção ou pelos membros que, para esse efeito, forem eleitos pela assembleia geral.
3. A deliberação da assembleia geral pode ser tomada na sessão convocada para apreciação do relatório de gestão e contas do exercício, mesmo que a respetiva proposta não conste da ordem de trabalhos.

Capítulo VI

Reservas e distribuição de excedentes

Artigo 68.º

Reserva legal

1. É obrigatória a constituição de uma reserva legal destinada a cobrir eventuais perdas de exercício.
2. Revertem para esta reserva, segundo a proporção que for determinada nos estatutos ou, caso estes sejam omissos, pela assembleia geral, numa percentagem que não poderá ser inferior a 5% do capital inicial:
 - a) As joias;
 - b) Os excedentes anuais líquidos.
3. As reversões previstas no número anterior deixam de ser obrigatórias desde que a reserva atinja um montante igual ao máximo do capital social atingido pela cooperativa.
4. Se os prejuízos do exercício forem superiores ao montante da reserva legal, a diferença pode, por deliberação da assembleia geral, ser exigida aos membros proporcionalmente às operações realizadas por cada um deles, sendo a reserva legal reconstituída até ao nível anterior em que se encontrava.

Artigo 69.º

Reserva para educação e formação cooperativas

1. É obrigatória a constituição de uma reserva para a educação cooperativa e a formação cultural e técnica dos membros, dos trabalhadores da cooperativa e da comunidade.
2. Revertem para a reserva prevista no número anterior, na forma constante no n.º 2 do artigo anterior:

- a) A parte das joias que não for afetada à reserva legal;
 - b) A parte dos excedentes anuais líquidos provenientes das operações com os membros que for estabelecida pelos estatutos ou pela assembleia geral, numa percentagem que não pode ser inferior a 1%;
 - c) Os donativos e os subsídios que forem especialmente destinados à finalidade da reserva;
 - d) Os excedentes anuais líquidos provenientes das operações realizadas com terceiros que não forem afetados a outras reservas.
3. As formas de aplicação da reserva são determinadas pela assembleia geral.
 4. A direção deve integrar anualmente, no plano de atividades, um plano de formação para aplicação da reserva.
 5. Por deliberação da assembleia geral, a direção de uma cooperativa pode entregar, no todo ou em parte, o montante da reserva a uma cooperativa de grau superior, sob a condição de esta prosseguir a finalidade da reserva em causa e de ter um plano de atividades em que aquela cooperativa seja envolvida.

6. Por deliberação da assembleia geral, pode igualmente ser afetada pela direção a totalidade ou uma parte da reserva a projetos de educação e formação que, conjunta ou separadamente, impliquem a cooperativa em causa e:
 - a) Uma ou mais pessoas coletivas de direito público;
 - b) Uma ou mais pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos;
 - c) Outra ou mais cooperativas.

Artigo 70.º

Outras reservas

1. A legislação complementar aplicável aos diversos ramos do setor cooperativo ou os estatutos podem prever a constituição de outras reservas, devendo, nesse caso, determinar o seu modo de formação, de aplicação e de liquidação.
2. Pode igualmente ser deliberada, em assembleia geral, a constituição de outras reservas, aplicando-se o disposto na parte final do número anterior.

Artigo 71.º

Insuscetibilidade de repartição

Todas as reservas obrigatórias, bem como as que resultem de excedentes provenientes de operações com terceiros, são insuscetíveis de qualquer tipo de repartição entre os membros.

Artigo 72.º

Distribuição de excedentes

1. Os excedentes anuais líquidos, com exceção dos prove-

nientes de operações realizadas com terceiros, que restarem depois do eventual pagamento de juros pelos títulos de capital e das reservas para as diversas reservas podem retornar aos membros.

2. Não pode proceder-se à distribuição de excedentes entre os membros, nem criarem-se reservas livres, antes de se terem compensado as perdas dos exercícios anteriores ou, tendo-se utilizado a reserva legal para compensar essas perdas, antes de se ter reconstituído a reserva ao nível anterior ao da sua utilização.
3. Se forem pagos juros pelos títulos de capital, o seu montante global não pode ser superior a 30% dos resultados anuais líquidos.

Capítulo VII

Da fusão e cisão das cooperativas

Artigo 73.º

Formas de fusão de cooperativas

1. A fusão de cooperativas pode operar-se por integração e por incorporação.
2. Verifica-se a fusão por integração quando duas ou mais cooperativas, com a simultânea extinção da sua personalidade jurídica, constituem uma nova cooperativa, assumindo a nova cooperativa a totalidade dos direitos e obrigações das cooperativas fundidas.
3. Verifica-se a fusão por incorporação quando uma ou mais cooperativas, em simultâneo com a extinção da sua personalidade jurídica, passam a fazer parte integrante de uma outra cooperativa, que assume a totalidade dos direitos e obrigações das cooperativas incorporadas.
4. Podem requerer judicialmente a fusão por incorporação de uma ou mais cooperativas numa terceira, que assume a totalidade dos seus direitos e obrigações, as cooperativas de grau superior nas quais aquelas estejam integradas ou com as quais tenham uma conexão relevante, quando ocorra alguma das seguintes circunstâncias:
 - a) Se verifique a inexistência ou paralisia dos órgãos sociais, assim como a impossibilidade de os eleger;
 - b) Sejam desenvolvidas atividades alheias aos objetivos da cooperativa;
 - c) Seja notório o caráter doloso da ineficiência da respetiva gestão.

Artigo 74.º

Cisão de cooperativas

1. Verifica-se a cisão de uma cooperativa sempre que nesta se opere divisão dos seus membros e património, com a consequente criação de uma ou mais cooperativas novas.
2. A cisão é integral ou parcial, conforme simultaneamente se verificar ou não a extinção da cooperativa original.

3. É aplicável à cisão de cooperativas o disposto no n.º 4 do artigo anterior.

Artigo 75.º

Proteção dos membros e terceiros nos casos de fusão e de cisão

1. A fusão ou cisão têm a tramitação e o formalismo exigidos para a constituição de cooperativas nos termos deste diploma, com as necessárias adaptações.
2. O registo da fusão ou da cisão tem caráter provisório durante um período de 90 dias, contado da publicação no *Jornal da República*, a qual deve ser efetuada dentro de idêntico prazo, contado da data do registo provisório.
3. Durante o período do registo provisório, os membros que não tenham participado na assembleia geral que tiver aprovado a deliberação ou que tiverem exarado em ata o seu voto contrário, bem como os credores da cooperativa, podem deduzir oposição escrita à fusão ou à cisão.
4. O registo provisório só é convertido em definitivo se for demonstrado que os créditos dos oponentes estão devidamente pagos.
5. No que não contrariar o disposto nos números anteriores, a fusão e a cisão de cooperativas rege-se, respetivamente, pelos artigos 101.º e seguintes e 122.º e seguintes da Lei das Sociedades Comerciais.

Capítulo VIII

Dissolução, liquidação e transformação

Artigo 76.º

Dissolução

1. As cooperativas dissolvem-se por:
 - a) Esgotamento do objeto ou impossibilidade insuperável da sua prossecução;
 - b) Decurso do prazo, se tiverem sido constituídas temporariamente;
 - c) Verificação de qualquer outra causa extintiva prevista nos estatutos;
 - d) Diminuição do número de membros, abaixo do mínimo legalmente previsto, por um período de tempo superior a 90 dias, desde que tal redução não seja temporária ou ocasional;
 - e) Fusão por integração ou incorporação ou cisão integral;
 - f) Deliberação da assembleia geral;
 - g) Decisão judicial transitada em julgado que declare a falência da cooperativa;
 - h) Decisão judicial transitada em julgado que verifique

que a cooperativa não respeita no seu funcionamento os princípios cooperativos, que o objeto real da cooperativa não coincide com o objeto expresso nos estatutos, que utiliza sistematicamente meios ilícitos para a prossecução do seu objeto ou ainda que recorre à forma de cooperativa para alcançar indevidamente benefícios legais.

2. A dissolução de cooperativas deliberadas em assembleia geral não carece de ser consignada em escritura pública, mas deve ser publicada no *Jornal da República*.

Artigo 77.º

Processo de liquidação e partilha

1. A dissolução da cooperativa, qualquer que seja o motivo, implica a nomeação de uma comissão liquidatária, encarregada do processo de liquidação do respetivo património.
2. A assembleia geral que deliberar a dissolução deve eleger a comissão liquidatária, à qual confere os poderes necessários para, dentro do prazo que lhe fixar, proceder à liquidação.
3. Aos casos de dissolução referidos nas alíneas a) a e) e h) do n.º 1 do artigo anterior é aplicável, com as necessárias adaptações, o processo de liquidação previsto na lei geral.
4. No caso de dissolução referido na alínea g) do n.º 1 do artigo anterior, são aplicáveis, com as necessárias adaptações, as normas gerais sobre o processo de falência e de recuperação de empresas.
5. Feita a liquidação total, deve a comissão liquidatária apresentar as contas à assembleia geral ou ao tribunal, conforme os casos, organizando, sob a forma de mapa, um projeto de partilha do saldo, nos termos do artigo seguinte.
6. A última assembleia geral ou o tribunal, conforme os casos, designam quem deve ficar depositário dos livros, papéis e documentos da cooperativa, que devem ser conservados pelo prazo de cinco anos.

Artigo 78.º

Destino do património em liquidação

1. Uma vez satisfeitas as despesas decorrentes do próprio processo de liquidação, o saldo obtido por este é aplicado prioritariamente para:
 - a) Pagar os salários e as prestações devidos aos trabalhadores da cooperativa;
 - b) Pagar os restantes débitos da cooperativa, incluindo o resgate dos títulos de investimento, das obrigações e de outras prestações eventuais dos membros da cooperativa;
 - c) Resgatar os títulos de capital.

2. Um montante da reserva legal, estabelecido nos termos do

artigo 68.º, que não tenha sido destinado a cobrir eventuais perdas de exercício e não seja suscetível de aplicação diversa pode transitar com idêntica finalidade para a nova entidade cooperativa que se formar, na sequência de fusão ou de cisão da cooperativa em liquidação.

3. Quando à cooperativa em liquidação não suceder nenhuma entidade cooperativa nova, a aplicação do saldo de reservas obrigatórias reverte para outra cooperativa, preferencialmente do mesmo município, a determinar pela federação ou confederação representativa da atividade principal da cooperativa.
4. Às reservas constituídas nos termos do artigo 70.º deste decreto-lei é aplicável, em matéria de liquidação, e no caso de os estatutos nada disporem, o estabelecido nos n.º 2 e 3 deste artigo.

Artigo 79.º

Nulidade de transformação

É nula a transformação de uma cooperativa em qualquer tipo de sociedade comercial, sendo também feridos de nulidade os atos que procurem contrariar ou iludir esta proibição legal.

Capítulo IX

Uniões, federações e confederações

Artigo 80.º

Uniões, federações e confederações de cooperativas

1. As federações e confederações de cooperativas adquirem personalidade jurídica com o registo da sua constituição, sem prejuízo da manutenção da personalidade jurídica de cada uma das estruturas que as integram, aplicando-se-lhe, em tudo o que não estiver especificamente regulado neste capítulo, as disposições aplicáveis às cooperativas de primeiro grau.
2. As uniões, federações e confederações só podem ser constituídas através de escritura pública.
3. Sem prejuízo de as federações e confederações terem de preencher os requisitos necessários para serem reconhecidas como representantes da parte do setor cooperativo que a cada uma corresponda, todas as estruturas cooperativas de grau superior representam legitimamente as entidades que as integram.

Artigo 81.º

Uniões de cooperativas

1. As uniões de cooperativas resultam do agrupamento de, pelo menos, duas cooperativas de primeiro grau.
2. As uniões de cooperativas têm finalidades de natureza económica, social, cultural e de assistência técnica.

Artigo 82.º

Direito de voto

1. Os estatutos podem atribuir a cada uma das cooperativas

aderentes um número de votos determinado quer em função do número dos seus membros quer em função de qualquer outro critério objetivo que, de acordo com o princípio democrático, obtenha a aprovação maioritária dos membros da união.

2. O número de votos é anualmente apurado pela assembleia geral que aprovar o relatório de gestão e as contas do exercício do ano anterior.

Artigo 83.º

Órgãos das uniões de cooperativas

1. São órgãos das uniões de cooperativas:
 - a) A assembleia geral, que é constituída pelas direções ou por delegados das cooperativas filiadas, podendo os estatutos determinar que apenas um dos representantes possa usar da palavra e votar e sendo a respetiva mesa eleita de entre os membros das cooperativas filiadas para um mandato de duração igual ao dos outros órgãos;
 - b) A direção, que é composta por pessoas singulares membros das cooperativas filiadas, tendo-se em conta o disposto no artigo 55.º, no que for aplicável;
 - c) O conselho fiscal, que é composto por pessoas singulares membros das cooperativas filiadas, tendo-se em conta o disposto no artigo 60.º, no que for aplicável, e em especial o seu n.º 3.
2. Se o número de membros da assembleia geral não for suficiente para preencher os órgãos sociais, há apenas um órgão colegial, a assembleia de cooperativas, constituída por todos os membros da união, que delibera por maioria simples, tendo em atenção o número de votos que a cada membro for atribuído nos termos do artigo anterior.

Artigo 84.º

Federações de cooperativas

1. As federações de cooperativas resultam do agrupamento de cooperativas, ou simultaneamente de cooperativas e de uniões, que pertençam ao mesmo ramo do setor cooperativo.
2. A legislação complementar pode prever a constituição de federação dentro do mesmo ramo do setor cooperativo, nos termos do número anterior, que resulte do agrupamento de membros caracterizados por desenvolver a mesma atividade económica.
3. As federações de cooperativas só podem representar o respetivo ramo do setor cooperativo quando fizerem prova de que possuem como membros mais de 50% das cooperativas de primeiro grau definitivamente registadas no ramo correspondente ao objeto social da federação.
4. No caso de ser necessário para o seu desenvolvimento e havendo uma conexão relevante entre os seus objetivos:
 - a) Podem fundir-se numa única federação duas ou mais federações de ramos diferentes;

- b) Pode aderir a uma federação, desde que esta a aceite, uma cooperativa de primeiro grau de um ramo diferente;
- c) Pode aderir a uma federação, desde que esta a aceite, uma união que abranja cooperativas pertencentes a um ramo diferente.

5. É aplicável às federações de cooperativas, com as devidas adaptações, o disposto nos artigos 81.º a 83.º.

6. As federações têm finalidades de representação, de coordenação e de prestação de serviços, podendo exercer qualquer atividade permitida por lei e consentânea com os princípios cooperativos.

Artigo 85.º

Confederações de cooperativas

1. As confederações de cooperativas resultam do agrupamento, a nível nacional, de cooperativas de grau superior, podendo, a título excecional, agrupar cooperativas de primeiro grau, considerando-se representativas do setor cooperativo as que fizerem prova de que integram, pelo menos, 50% das federações definitivamente registadas do ramo ou ramos correspondentes ao objeto social da confederação.
2. É aplicável às confederações de cooperativas, com as devidas adaptações, o disposto nos artigos 81.º a 83.º.
3. As confederações têm funções de representação, de coordenação e de prestação de serviços, podendo exercer qualquer atividade permitida por lei e compatível com os princípios cooperativos.
4. Os órgãos das confederações são os previstos para as cooperativas de primeiro grau, sendo a mesa da assembleia geral, a direção e o conselho fiscal compostos por pessoas singulares membros das estruturas cooperativas que integram a confederação.

Capítulo X

Disposições finais e transitórias

Artigo 86.º

Dissolução das cooperativas

O Ministério do Desenvolvimento e do Ambiente deve requerer junto do tribunal competente, e através do Ministério Público, a dissolução das cooperativas que:

- a) Não respeitem, no seu funcionamento, os princípios cooperativos;
- b) Desenvolvam atividades que não coincidam com o objeto expresso nos estatutos;
- c) Utilizem sistematicamente meios ilícitos para a prossecução do seu objeto;
- d) Recorram à forma de cooperativa para alcançar indevidamente benefícios legais.

Artigo 87.º
Regulamentos internos

1. Os regulamentos internos das cooperativas vinculam os membros, se a sua existência estiver prevista nos estatutos.
2. Os regulamentos internos, para obrigarem os membros, têm de ser propostos pela direção para serem discutidos e aprovados em assembleia geral convocada expressamente para esse fim.
3. Os regulamentos internos vigentes à data da entrada em vigor do presente decreto-lei têm força jurídica igual à dos que vierem a ser elaborados nos termos dos números anteriores.
4. No prazo de 180 dias, a contar da data de entrada em vigor deste decreto-lei, podem ser reapreciados os regulamentos internos vigentes, por iniciativa da direção, do conselho fiscal, da mesa da assembleia geral ou de um mínimo de 5% dos membros da cooperativa.

Artigo 88.º
Aplicação da lei às cooperativas existentes

1. As cláusulas estatutárias que regem as cooperativas constituídas ao abrigo da legislação anterior e que não forem permitidas pelo presente decreto-lei consideram-se automaticamente revogadas e substituídas pelas suas disposições, sem prejuízo das alterações que vierem a ser deliberadas pelos membros.
2. As cooperativas ficam obrigadas a proceder, no prazo máximo de cinco anos, à atualização do capital social, nos termos do presente decreto-lei.
3. O Ministério do Desenvolvimento e do Ambiente, através do representante do Ministério Público, promove oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado junto do tribunal competente a dissolução das cooperativas que não tenham procedido ao registo do capital social atualizado no prazo previsto no número anterior.
4. Enquanto não for fixado outro valor nos termos do n.º 2 do artigo 18.º, mantém-se para as cooperativas dos ramos de produção operária, artesanato, cultura e serviços o valor mínimo de US\$ 250.
5. Se a legislação complementar fixar o mínimo de capital social diferente do estabelecido pelo n.º 2 do artigo 18.º, o prazo referido no n.º 2 começa a contar-se da data de publicação da legislação complementar respetiva.

Artigo 89.º
Isenções, subsídios e benefícios fiscais e financeiros

1. As cooperativas estão isentas de pagamento de emolumentos e taxas na realização das formalidades necessárias à sua constituição.
2. Os subsídios e benefícios financeiros a atribuir às cooperativas são objeto de legislação autónoma.

Artigo 90.º
Contravenções

1. Constitui contravenção, punível com a multa de US\$ 10.000 a US\$ 50.000, a violação do disposto no n.º 2 do artigo 14.º.
2. A instrução do processo de contravenção e a aplicação da respetiva multa competem ao Ministério do Desenvolvimento e do Ambiente.
3. O produto da multa é afetado da seguinte forma:
 - a) 30% para um fundo de apoio às cooperativas, a ser criado por lei;
 - b) 70% para o Estado.
4. A falta de pagamento da multa determina a penhora e a execução de bens considerados suficientes para o pagamento do montante em dívida, acrescido das importâncias devidas por honorários de advogado, juros legais e custas judiciais, servindo o aviso de pagamento como título executivo bastante.

Artigo 91.º
Revogação do direito anterior

É revogado o Código Cooperativo, anteriormente em vigor, bem como toda a legislação vigente que contrarie o disposto no presente decreto-lei.

Artigo 92.º
Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor um mês depois da sua publicação em *Jornal da República*.

Aprovado em Conselho de Ministros, aos 26 de Agosto de 2004.

O Primeiro-Ministro,

Mari Bim Amude Alkatiri

O Ministro do Desenvolvimento e do Ambiente,

Mari Bim Amude Alkatiri

Promulgado em 1 de outubro de 2004.

Publique-se.

O Presidente da República,

Kay Rala Xanana Gusmão